

As periodizações nas intervenções urbanas: uma análise das classificações de “Vargas & Castilho”, “Boyer” e “Simões Jr.”

Geise Brizotti Pasquotto



Arquiteta. Mestranda em Engenharia Civil, Área de Arquitetura e Construção. FEC, Unicamp. Campinas [SP], Brasil. <geisebp@gmail.com>.

Melissa Ramos da Silva Oliveira



Arquiteta. Doutoranda em Geografia. IG, Unicamp. Campinas [SP], Brasil. <melinerso@yahoo.com.br>.

CONPADRE'2010. Apresentado no 1º seminário de Planejamento Regional [Conpadre, n.03/2010], Conferência Internacional sobre Patrimônio e Desenvolvimento Regional. Campinas e Jaguariúna [Brasil], 2010.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo uma comparação entre a periodização proposta por três autores “Vargas e Castilho” (2006), “Boyer” (1998) e “Simões Jr.” (1994). O autor Simões Jr. periodizou os momentos mais significativos das intervenções urbanas através das pesquisas de Portas (1985), Del Rio (1991), Villaça (1989) e Piccinato (1983). As mencionadas periodizações foram feitas para identificar quatro momentos significativos da intervenção no espaço urbano a partir da modernidade. Vale ressaltar que, nessa comparação, o mais importante não é definir um conceito, mas sim entender o processo e os paradigmas que sustentam cada uma dessas intervenções.

Palavras-chave

Embelezamento urbano, renovação urbana, preservação urbana, reinvenção urbana.

Periodization of the urban interventions: a review of ratings from “Vargas & Castilho”, “Boyer” and “Simões Jr.”

Abstract

The present paper aims to compare the periods proposed by three authors “Vargas e Castilho” (2006), “Boyer” (1998) and “Simões Jr.” (1994). They did it to identify four significant moments of intervention in urban space from the period of modernity. It is noteworthy that, in this comparison, the most important thing is not to define a concept, but understanding the process and the paradigms that underpin each of these interventions.

Keywords

Urban embellishment, urban renewal, urban preservation, urban reinvention.

Estética e Sanitarismo

O primeiro modelo de intervenção urbana do período moderno difundiu-se ao longo do século XIX. Nesse período, caracterizado pela expansão da revolução industrial, as intervenções urbanas foram marcadas pelo aspecto do embelezamento urbano e da monumentalidade.

Boyer (1998) denomina esse momento de *“city as a work of art”*, pois considera que os momentos históricos e os espaços cívicos eram melhores visualizados se estivessem isolados e localizados em uma composição cenográfica que elevasse a moral da elite urbana. Boyer (1998) destaca que, nesse período, tivemos *“uma arquitetura de cerimônia ao poder, na qual os monumentos falavam de fatos heróicos, unidade nacional e glória da indústria”*¹.

A fluidez viária foi outro aspecto valorizado devido à necessidade de restaurar as infra-estruturas de saneamento básico da cidade e prover a cidade de uma nova malha viária que atendesse as necessidades produtivas do novo sistema econômico.

Na Europa, muitos projetos foram realizados, ao longo do século XIX, com a intenção de transformar as cidades medievais em cidades racionais e eficientes para a produção industrial. Ao longo dessas intervenções urbanas, grande parte da população pobre foi expulsa das áreas centrais, mediante o discurso saneador que excluiu e segregou as classes baixas nas periferias.

Projetos urbanos como o da Ringstrasse de Viena, o das *“manzanas”* de Cerdá, em Barcelona e o de Haussman, em Paris, configuram-se como projetos que exemplificam esse tipo de intervenção urbana de embelezamento.

No entanto, autores como Boyer (1998), Villaça (2003) e Simões Júnior (1994) destacam que a reforma de Paris é a que melhor sintetiza o conceito de *“embelezamento urbano”*.

Tal intervenção foi cirúrgica, onde tecidos medievais foram abertos no centro da cidade para a inserção de largas e extensas avenidas, para viabilizar a fluidez viária demandada pelas novas necessidades produtivas, para sanear disfunções de ordem social existentes no antigo tecido urbano (JR. SIMÕES, 1994), para embelezar a cidade, com as fachadas e gabaritos uniformes emoldurando as vias e sobretudo, para melhorar o saneamento da antiga cidade medieval. Segundo Villaça (1989), a expressão embelezamento urbano sintetizaria assim *“a tônica do urbanismo que nasce com Haussmann e a partir de Paris tem grande penetração no mundo, especialmente nos países latinos”*. Entretanto, essas novas morfologias e tipologias implantadas, tanto dos países do primeiro mundo e do Brasil, ainda tinham alguma

¹ *“This was an architecture of ceremonial power whose monuments spoke of exemplary deeds, national unity and industrial glory”* (BOYER, 1998, p. 34).

relação com o existente, diferentemente do momento posterior (DEL RIO, 1991). Esta fase possui uma atitude corretiva e saneadora que visava:

Implantar um novo padrão de estética urbana, mais de acordo com os valores de uma nova classe social ascendente, onde a beleza e os melhoramentos técnicos em infra-estrutura viriam representar não só o aburguesamento do espaço urbano, com o seu conseqüente impacto segregador, mas principalmente a instauração da modernidade, criando assim as condições propícias para a afirmação dos valores dessa nova classe social perante o todo da população (SIMÕES Jr., 1994).

Para Boyer (1998), a instabilidade residencial de Paris, acentuada por numerosos quarteirões insalubres, causou a deterioração material dos distritos. Assim, surgiu a necessidade de regularizar e rasgar com ruas largas e retilíneas esses distritos, para que a população pudesse prosperar e se estabilizar. A nova ordem imaginada para Paris estabeleceu:

Um panorama expansivo e majestoso que desenhou conjuntamente a totalidade, contornando somente lugares significativos para embelezamento público e inspirando os cidadãos, por meio da contemplação do sublime e da sua grandeza, a serem racionais e ordenados na sua ocupação pública².

Simões Júnior (1994) ressalta que esse novo padrão de estética urbana condiz com os valores da burguesia industrial, a nova classe social ascendente, na qual

(...) “a beleza e os melhoramentos técnicos em infra-estrutura viriam representar não só o aburguesamento do espaço urbano, com o seu conseqüente impacto segregador, mas principalmente a instauração da modernidade”.

Boyer (1998) enfatiza que as idéias que contornam o sistema de memória da cidade do século XIX ainda influenciam os arquitetos contemporâneos porque:

Nada é tão bonito como os grandes horizontes, imensas paisagens, perspectivas que os nossos olhos não podem medir. Ótimos espetáculos revigoram as forças humanas, fazem mover o coração e seduzem a imaginação³.

Destruição Criativa⁴

Sob a égide dos ideais modernos, surgiu um novo modelo de intervenção urbana denominado de “*renovação urbana*” (VARGAS e CASTILHO, 2006; BOYER, 1998 e SIMÕES JÚNIOR, 1994). Esse modelo foi influenciado pelos ideais contidos na Carta de Atenas de 1933, elaborada pelo CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

² “An expansive and majestic panorama that drew the totality together, outlining only its significant sites for public embellishment and inspiring its citizens, through the contemplation of its sublimity and grandeur, to be rational and orderly in their public affairs” (BOYER, 1998, p. 14).

³ “Nothing is so beautiful as great horizons, immense landscapes, perspectives whose extend one’s eye cannot size. Great spectacles reinvigorate man’s forces, stir his heart and seduce his imagination” (BOYER, 1998, p. 15).

⁴ Terminologia utilizada por HARVEY (1989) para este período, em seu livro “Condição Pós-Moderna”.

Esse modelo intensificou-se e ganhou novos contornos no contexto das duas guerras mundiais, sobretudo no pós-guerra. Neste período, segundo Harvey (1989), o sistema de poder internacional estava organizado ao longo de linhas *fordistas-keynesianas*, o que envolve a formação de mercados de massa global e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista. As políticas tinham de tratar de questões de emprego, habitação decente, previdência vinculados ao Estado do bem estar social.

Neste período, segundo Vargas e Castilho (2006), inseriu-se em um contexto de pós-guerra, de crescimento demográfico e do intitulado “boom” econômico. Os pensamentos desta época estavam voltados para os preceitos dos ideais modernistas, do racionalismo e funcionalismo. Deste modo, os objetivos voltaram-se para a modernização das estruturas físicas das metrópoles, o aumento na arrecadação dos impostos e o saneamento da população. Para isso, foram utilizadas as demolições em massa (principalmente nos Estados Unidos), a construção de conjuntos habitacionais, a reconstrução de grandes projetos cívicos (principalmente na Europa), a utilização da Arquitetura Internacional, a transformação das ruas centrais em ruas exclusivas para pedestres e o início do preparo de Cartas e regulamentações para a proteção do Patrimônio Histórico. Os resultados encontrados neste período foram as padronizações das tipologias arquitetônicas, a obsolescência das estruturas urbanas devido à ausência da diversificação de uso, os grandes quarteirões demolidos e os vazios urbanos.

“Neste momento, os conceitos e objetivos do Movimento Modernista surgem como uma resposta à crescente necessidade de expansão do capital financeiro, industrial e imobiliário e seu rebatimento nas esferas de produção e consumo urbanos” (JR. SIMÕES, 1994). Os arquitetos modernos possuíam uma visão de sociedade ideal onde viriam a estabelecer ações radicais, induzidas por um reducionismo conceitual que acabaria por relacionar o significado do termo renovação urbana a projetos marcados pela negação da cidade existente, pela recusa de considerar condições específicas de implantação, pela autonomia relativa da forma e pela consideração do espaço em termos absolutos e eternos (DEL RIO, 1991 apud SIMÕES Jr., 1994).

Para Boyer (1998, p. 41), a intenção das intervenções urbanas nesse período era de proporcionar uma renovação urbana que suprisse os interesses do capital industrial, financeiro e imobiliário em expansão.

Os ideais modernistas eram bastante radicais em suas ações, sobretudo com seus princípios anti-passadistas que negavam a cidade existente, pois acreditavam que as formas ‘tradicionais’ e a própria organização social estavam ultrapassadas, necessitando ser reformuladas. Pertenciam a um movimento revolucionário que visava construir um novo mundo com formas mais coerentes e organizadas, no qual as cidades eram submetidas a planos urbanos de larga escala, que promoviam um zoneamento monofuncional e setorizava os espaços de acordo com as funções morar, trabalhar, recrear e circular, expressos na segunda Carta de Atenas, elaborada em 1933 pelo CIAM.

O período moderno racionalista, traduzido por Mies van der Rohe pela expressão *“menos é mais”*, é simplificador, homogeneizador e universalista, na medida em que

tenta padronizar as formas arquitetônicas pelos materiais construtivos e pelo aspecto externo dos edifícios, bem como pela implantação e estrutura das cidades, como destacam Oliveira e Ferreira (2007).

Assim, as cidades modernas desta época eram homogêneas, racionais, uniformes e caracterizadas por um traçado geométrico e homogêneo. Como afirma Boyer (1998, 45), “essa visão panorâmica moderna precisa ser julgada por parâmetros do presente: eficiência, funcionalidade e otimização, sem a permanência e a continuidade da história ou imposição dos modelos do passado⁵”.

Assim, a filosofia desta época estava marcada com o arrasa-quarteirão, numa tentativa de sanear o espaço coletivo, extinguindo zonas encortiçadas e insalubres, criando novos pólos comerciais e de serviços, como por exemplo, os “Central Business Districts” americanos. Ou então disseminando grandes projetos habitacionais de interesse social, “*assinalados pela repetição monótona de edifícios idênticos com ambientes estéreis, impessoais e sem nenhuma possibilidade de intercâmbio nas relações humanas e sociais*” (SIMÕES Jr., 1994).

Os projetos modernistas de habitação popular se tornaram símbolos de alienação e de desumanização porque eram uniformes, de escala exagerada, com predomínio de linhas retas, que desprezavam a ornamentação e a personalização, além de serem produzidos em larga escala com a industrialização da construção. Segundo Simões Júnior (1994, p. 16), “o autoritarismo presente na concepção desses projetos habitacionais acabou criando grande insatisfação em seus moradores, dando origem a atitudes de vandalismo e de marginalidade que caracterizaram estes ambientes modernistas”.

Boyer (1998) denomina esse período de “*city as panorama*”, pois um novo panorama do espaço foi criado com a mobilidade, na qual o tempo de fruição dos espaços e paisagens diminui, tornando a percepção uma sequência de imagens. Também foram criadas novas visões da cidade no alto dos arranha-céus, onde o espaço verde que toca a base dos edifícios tornou-se uma vista privativa da janela.

Boyer (1998) também ressalta que as inversões não param. A rua tradicional foi morta pela via expressa e reapareceu no espaço privado, ao longo da “*rua-corredor*” das torres residenciais, onde estavam localizados todos os serviços coletivos necessários, além da entrada das células habitacionais.

Vargas e Castilho (2006) apontam como crítica desse tipo de implantação o fato dos edifícios isolados, monofuncionais e fechados sobre si mesmos não promoverem a atração de outros usuários nem o estabelecimento de relações que garantissem a vitalidade a essas áreas.

Na Europa, esse período é marcado pela necessidade de reconstruir cidades arrasadas pela guerra, com um déficit habitacional muito grande. Essa reconstrução foi baseada na reformulação e na renovação do tecido urbano, onde o Estado, o

⁵ This modern panoramic view was to be judged by the standards of the present: those of efficiency, functionality, and optimality without the permanence and continuities of history or the imposition and weight of past models.

grande poder corporativo e o trabalho organizado formaram a base de poder da expansão pós-guerra. Nos centros das cidades européias, intensificaram-se experiências voltadas à preservação de aspectos tradicionais da cultura local, minimizando o processo de deterioração e impedindo mais destruições, além daquelas já causadas pelas guerras.

Vargas e Castilho (2006) destacam que as atenções dirigiram-se para a recuperação dos espaços públicos e que isso foi de suma importância para que se consolidasse o que restara do patrimônio cultural.

Nos Estados Unidos, Schicchi (2003) aponta que, os processos de renovação iniciaram-se a partir de meados da década de 1950, com a abertura de vias expressas que atravessam bairros consolidados e habitados por população de baixa renda, que haviam sido expulsas de suas moradias com a desapropriação das mesmas, devido às renovações das áreas centrais consideradas degradadas.

Nessa lógica, as intervenções visavam valorizar o centro para o comércio e a periferia para habitação. Por isso, os EUA adotaram um modelo de intervenção baseado na suburbanização, o que levou a uma deterioração do centro. Nas áreas centrais, o tecido urbano existente foi demolido para logo em seguida ser reconstruído, como foi o caso de Nova Iorque. Vargas e Castilho (2006) denominam esse processo de destruir para criar como *“urban renewal”* e Harvey (1989, p. 25) de *“destruição criativa”*.

Vargas e Castilho (2006) ressaltam que o resultado desse modelo de implantação, nos EUA, culminou em grandes áreas demolidas, sem investidores e excesso de ofertas de escritórios no centro.

No processo de intervenção urbana, a expulsão dos residentes, substituídos por camadas sociais de mais alta renda, iniciou-se um processo denominado de *“gentrificação”* ou *“enobrecimento”* a partir da década de 1960, em um momento de revisão dos ideais modernistas.

Rubino (2003) aponta duas vertentes teóricas e políticas referentes ao processo de gentrificação: uma centrada na produção e outro no consumo.

No primeiro caso, a ênfase recai sobre a existência de um lote de imóveis em áreas passíveis de gentrificação e no papel das finanças públicas e privadas; no segundo, sobre a existência de gentrificadores, uma nova classe média urbana com suas demandas e práticas de consumo (RUBINO, 2003, p. 289-290).

O geógrafo Neil Smith defende a primeira vertente, pois considera que na gentrificação a volta é do capital, e não das pessoas.

A renovação urbana no Brasil difundiu-se no início do século XX, como destaca Schicchi (2003):

Como medida de prevenção a epidemias e outras formas de degeneração dos espaços, provocadas pelas más condições de vida das classes de baixa renda, ou como forma de afirmação das classes dominantes, onde as áreas centrais eram

concebidas como espaços-sede do controle ou do poder estatal, marcadas pela localização dos monumentos, dos equipamentos públicos e construções religiosas (SCHICCHI, 2003, p. 299).

Dos anos 30 aos 50, durante o Governo de Getúlio Vargas, um período marcado por um quadro industrial e de formação das áreas metropolitanas, as áreas centrais das maiores cidades brasileiras passaram por um processo ainda mais intenso de renovação, com o objetivo de modernização.

Revalorização dos Espaços

Em um momento histórico onde a renovação urbana estava destruindo mais o patrimônio histórico das cidades do que a guerra, as ruínas arquitetônicas e os estilos ornamentais tiveram um fascínio sedutor e nostálgico, não havia nenhum ponto de diálogo entre o velho e o novo. Entre as décadas de 1950 e 1960, os centros históricos, tão carentes de reconstrução, fizeram com que a preservação aparecesse, na década de 1970, como algo compatível com as novas composições.

Nesta etapa, procurou-se buscar referenciais mais humanizados para os espaços coletivos, valorizou-se os ícones urbanos através da preservação do patrimônio histórico e cultural, ampliou-se a consciência ecológica e o incremento das atividades de turismo e lazer. Este período de revitalização urbana vem trazer uma “reidentificação do passado no espaço do presente, ressuscitando a tradição, alvoroçando a memória coletiva, mas não inibindo a modernidade” (FERRARA, 1983).

Boyer (1998) ressalta que, lentamente, as áreas de produção sub-utilizadas, os bairros oprimidos do interior da cidade, as partes da cidade que os arquitetos e planejadores modernos simplesmente negligenciaram foram colocados atrás de marcos regulatórios, o seu patrimônio arquitetônico confiado a sociedades de proteção e suas aparências estéticas constantemente reabilitadas e revitalizadas.

Os empreendedores imobiliários reconheceram que o modelo periférico estava apresentando sinais de enfraquecimento devido à forte concorrência de projetos similares, como, por exemplo, os shoppings centers. Isso fez com que o centro da cidade passasse a ser visto como um grande aliado para empreendimentos diferenciados (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 18).

Os centros tradicionais tornaram-se alvo da economia global e inseriram-se no que CHOAY (2001) denominou de “mercado internacional de centros e bairros tradicionais” que se criou na era da indústria cultural.

Simões Júnior (1994, p. 17) denomina esse período de “revitalização urbana”, ou seja, “a busca de uma nova vitalidade para essas áreas, tanto do ponto de vista econômico, quanto funcional, social e ambiental”. Segundo Simões Júnior (1994), a busca de referenciais mais humanos na escala dos espaços produzidos e a

valorização de marcos históricos e simbólicos existentes, por meio de políticas de preservação do patrimônio cultural, bem como o incremento das atividades de turismo e lazer nesses locais foram objetivos da revitalização urbana.

Essa geração, afirma Schicchi (2003), vê o projeto de revitalização das áreas centrais como uma oportunidade de atrair novos usos, novos parceiros no financiamento dos projetos, uma ocasião de reconduzir o crescimento, o adensamento e o provimento de frentes de trabalho.

Vargas e Castilho (2006) designam esse momento de “*preservação urbana*” ao reforçar a importância da preservação e a restauração de edifícios significativos como novos símbolos de *status* e distinção.

A preservação de edifícios históricos estava presente no discurso dos intelectuais, da elite cultural e da população local, interessada em resguardar suas conquistas e elementos afetivos que delas faziam parte. Cabe destacar o grande número de normatizações e legislações visando salvaguardar os centros ‘históricos’, muitas vezes coincidentes com os centros urbanos (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 17).

Para as autoras, os objetivos transformaram-se em recuperar a vitalidade da cidade, preservar o patrimônio arquitetônico, aumentar a arrecadação de impostos e ampliar a visibilidade das políticas urbanas. Para que isto ocorresse, foram necessárias estratégias de abrangência do conceito de Patrimônio Cultural, planejamento urbano e zoneamento, venda da história e da cultura num ambiente de compras, inserção de empreendimentos de uso misto, construção de *Shopping Centers* intra-urbanos e centrais e constituição das parcerias público-privadas. Como resultado deste processo ocorreram a restauração de edifícios históricos, a multiplicação dos *shoppings centers* centrais como espaços de compras, serviços e lazer, a redescoberta da importância da diversidade das atividades e usos urbanos, a privatização do espaço público e o processo de *gentrification* (enobrecimento) das áreas urbanas.

No âmbito internacional, citamos como exemplo de normatizações da década de 1970, a “*Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*”, instituída em Paris no ano de 1972, que se destacou por reconhecer os bens pertencentes ao Patrimônio Cultural da Humanidade inscrevendo-os na Lista do Patrimônio Mundial e a “*Declaração de Amsterdã*”, de 1975, que sistematizou os princípios da Conservação Integrada e considerou o patrimônio como uma riqueza social.

No contexto brasileiro, citamos como exemplo de normatizações da década de 1970 o “*Compromisso de Brasília*” e o “*Compromisso de Salvador*”, que estabeleceram como metas principais estimular a criação de órgãos de preservação do patrimônio nos municípios e nos Estados, buscando realizar políticas locais de preservação, descentralizando-as do governo federal.

Mudar a imagem do centro para atrair a população e empreendimentos diferenciados, a construção de *shoppings centers* centrais que negavam as grandes lojas e valorizavam os comerciantes locais, bem como a construção de grandes

edifícios de uso misto, que mesclavam cultura e consumo, em uma arquitetura diferenciada foram estratégias utilizadas pelos projetos arquitetônicos e urbanos nesse momento.

A liberação das ruas para pedestres nas áreas centrais, como a criação dos “calçadões”, bem como a construção de estacionamentos tornaram-se ações comuns do planejamento urbano. Tomemos como exemplo o calçadão de Curitiba, que se tornou uma referência nacional, e o próprio calçadão de Campinas, que foi executado na década de 1970, influenciado por essa prática.

Vargas e Castilho (2006) apontam quatro discursos presentes na intervenção dos centros urbanos: *“o caráter ideológico na discussão sobre a privatização dos espaços públicos; o comércio e os serviços como estratégia de recuperação; a criação de cenários e o entendimento do que é histórico”*.

A privatização dos espaços públicos reflete a parceria público-privada que se estabeleceu na maioria dos projetos de intervenção no patrimônio cultural. A iniciativa privada tornou-se o grande financiador desses projetos, enquanto o governo controla e fiscaliza a sua implantação.

A Cidade Mercadoria⁶

A partir na década de 80, consolidou-se uma nova etapa na evolução do sistema capitalista. O sistema de produção fordista-keynesiano, fortemente dependente de fatores locacionais e respaldado pelo Estado do Bem Estar Social, foi substituído por um regime de acumulação flexível, muito mais aberto geograficamente e baseado no mercado.

Harvey (1989) relata uma comparação entre dois regimes de acumulação: o modernismo fordista versus o pós-modernismo flexível. O modernismo fordista se vincula a um capital fixo na produção em massa, mercados estáveis, padronizados e homogêneos. Já a flexibilidade do pós-modernismo é dominada pela ficção, fantasia, imaterial (particularmente do dinheiro), capital fictício, imagens, efemeridades e flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo.

Nesse contexto, a imagem ganha uma maior visibilidade, transformando a cidade numa mercadoria. A espetacularização da cidade (PRADO SANTOS, 2006) ou produção da *“cidade-espetáculo”* (SANCHES, 2003) ou da *“cidade-empresa”* (HARVEY, 1996; VAINER, 2000), recria novas imagens a partir da cultura local para serem vendidas no mercado global, ao mesmo tempo em que promove rearranjos espaciais para readequá-las às novas necessidades locais.

⁶ ASHWORTH, G. J. e VOOGD, H. (1990) em seu livro *Selling the City*, atribuem ao planejamento urbano uma abordagem mercadológica.

A cidade ajustada à ordem econômica mundial tornou-se lugar privilegiado para investimento e consolida-se como mercadoria. Com a intermediação do poder político dos governos locais, o espaço urbano passou a se integrar ao circuito de reprodução e valorização capitalista por meio de medidas de reestruturação urbana, adequada às exigências da economia competitiva, bem como pela construção de uma imagem que possibilite sua inserção no mercado.

As cidades passam a concorrer entre si e buscam gerar maior atratividade, quer para os investidores, quer para os consumidores da cidade. Nesse sentido, o poder local, como já apontara Harvey (1996) abandonou a posição prevalecente nos anos 60, de gerenciador da cidade, e adotou, a partir dos anos 80, uma postura em uma gestão empresarial, ou seja, pautada no *“empreededorismo urbano”* (HARVEY, 1996), em relação ao desenvolvimento econômico.

Boyer (1998) chama esse período de *“city of spectacle”*, pois a cidade refuncionaliza as formas do passado e incentiva a preservação da história local, a fim de criar um espaço cenográfico capaz de promover o redesenvolvimento urbano. Essas formas do passado são transformadas em ambientes simulados de shows e eventos culturais que vendem ofertas de lazer e estilos de vida.

Para Boyer (1998), há mais do que nostalgia envolvida no processo de restauração e refuncionalização do patrimônio arquitetônico. Existem interesses financeiros que prevalecem sobre esses processos e privilegiam a acumulação do capital.

Para Boyer (1998), *“a cidade contemporânea é puro espetáculo, selecionada por um visual programado e projetado”*⁷. Para a autora, a partir dos anos 80, ocorreu a transformação do mundo material em faixas de ondas invisíveis de comunicação eletrônica ao redor do mundo; em um mundo simulado visualmente por computador; e em formas efêmeras decorrentes de imagens teatralizadas que parecem um espetáculo.

Dessa maneira, a cidade espetáculo utiliza simultaneamente cenografia, justaposição de múltiplas perspectivas e espacialização de épocas distintas, como regime de composição intencional.

O auxílio dos programas de computador para desenhar e calcular a arquitetura dessa época propiciou a liberdade, a diversidade e a excentricidade de formas, tais como os museus Vitra (1987-1989), na Alemanha, e o Guggenheim de Bilbao (1993-1997), na Espanha, ambos projetados por Frank Gehry e se tornaram marcos da arquitetura pós-moderna.

A marca da arquitetura pós-moderna é a postura para a tolerância das diferenças. *“Tudo se pode, a mistura de elementos antigos e novos, a liberdade para projetar, usar, diferenciar”* (OLIVEIRA e FERREIRA, 2007, p. 3).

Para Vargas e Castilho (2006), este período insere-se em um contexto de competição entre as cidades ao nível mundial e de críticas quanto à eficiência do

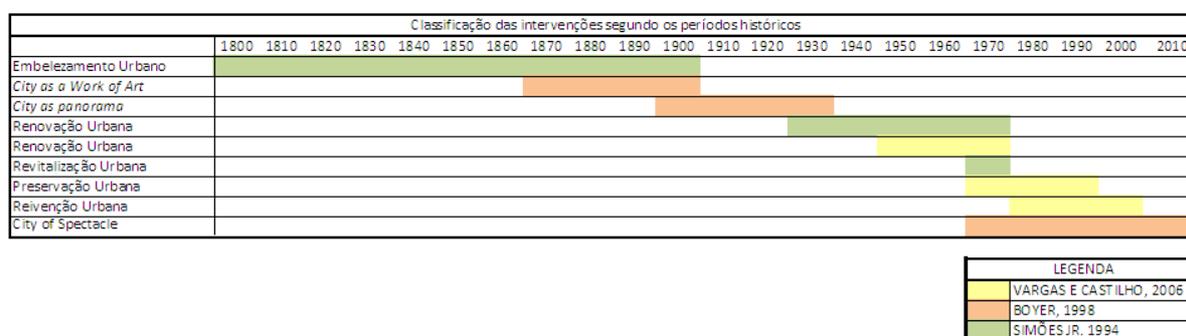
⁷ *This contemporary city is pure spectacle, culling a programmed and projected look.*

planejamento urbano, utilizando a imagem da cidade e uma visão progressista e de caráter “democrático” para suas intervenções. Por consequência, os objetivos desta fase são a venda das cidades, a ampliação da visibilidade das ações dos políticos, a contenção da deterioração do ambiente construído e natural e o aumento de empregos e renda urbana. Para que estas propostas ocorressem, as estratégias utilizaram o *city marketing*, desenvolvendo a criação e construção de cenários, utilizando os projetos de arquitetura monumental e global, procurando pela *griffe* profissional, realizando seminários para legitimar as ações, inserindo as redes comerciais para a diluição do comércio local, consolidando as parcerias público-privadas, construindo equipamentos e executando eventos culturais para a animação urbana. Os resultados, que são observados atualmente, são o surgimento do não lugar ou Parque Temático (Disneyfication), a expulsão voluntária ou involuntária da população local como justificativa para a sustentabilidade econômica dos projetos, a maquiagem urbana e a procura pela elevação da auto-estima dos cidadãos como maneira de justificar os projetos urbanos. Nesse sentido, Vargas e Castilho (2006) apontam que, enquanto nas áreas centrais a questão da preservação histórica se mantém, a busca pelo novo e pelo inusitado ganha destaque. As ações não se restringem somente aos centros urbanos (históricos). Outras áreas urbanas tornam-se alvo das atenções do poder público, tais como orlas marítimas e de rios, leitos ferroviários e edificações industriais desativadas.

Periodização e intersecção dos diversos autores

É interessante identificar como cada autor divide os períodos históricos e como tais identificações se sobrepõe (Tabela 01). Entretanto, é “*necessário observar que esses períodos não são rigorosos nas suas delimitações nem excludentes entre si*” (VARGAS e CASTILHO, 2006).

Quadro 1. Classificação das Intervenções segundo os períodos históricos. Fonte: Elaboração das autoras.



Nos Quadros 2, 3 e 4 é possível perceber os objetivos, estratégias e resultados de cada autor, bem como a periodização proposta por cada um deles. A periodização

visa estabelecer um recorte temporal de um processo, na qual estão relacionados aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, entre outros. A comparação da tabela nos permite identificar esses processos, independentemente da nomenclatura ou do recorte temporal. O período do embelezamento urbano, por exemplo, corresponde a um momento na qual a cidade passava por inúmeros problemas sociais e urbanos com o crescimento das cidades pós revolução industrial. Apesar dos projetos contemplarem o embelezamento urbano e a preocupação estética com a cidade, no fundo propunham ideais sanitaristas de higienizar a cidade.

Quadro 2. Classificação dos períodos segundo Vargas e Castilho (2006). Fonte: Elaboração das autoras.

Classificação segundo Vargas e Castilho (2006)			
	Renovação urbana 1950-1970	Preservação urbana 1970-1990	Reinvenção urbana 1980-2000
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - recuperar e valorizar os espaços públicos; -EUROPA: reconstruir cidades no pós guerra; -EUROPA: implementar infraestrutura nas áreas de expansão; -EUA: demolição e reconstrução de áreas consideradas do tecido urbano existente (urban renewal); - EUA: valorizar o centro para o comércio e periferia para habitação; 	<ul style="list-style-type: none"> - negar o modernismo; - valorizar o patrimônio histórico e arquitetônico como elemento para o resgate da identidade e da cidadania; - mudar a imagem do centro para atrair a população e empreendimentos diferenciados; 	<ul style="list-style-type: none"> - transformar toda a cidade em mercadoria; - parceria público-privada, principalmente com os empreendedores imobiliários, a fim de reconstruir ou reinventar o ambiente construído; - poder local assume a função de recuperar a base econômica das cidades para gerar emprego e renda;
Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - criação de vias exclusivas para pedestres, sobretudo vias voltadas para o consumo; - resolver problemas de congestionamento; - Poder público como agente financiador das grandes obras e intervenções urbanas; - EUROPA: experiências voltadas à preservação de aspectos tradicionais da cultura local; 	<ul style="list-style-type: none"> - construção de shoppings centers centrais que negavam as grandes lojas e valorizavam os comerciantes locais; - construção de grandes edifícios de uso misto, que mesclavam cultura e consumo, em uma arquitetura diferenciada; - normatizações e legislações de salvaguardar os centros históricos 	<ul style="list-style-type: none"> - outras áreas urbanas tornam-se alvo das atenções do poder público, tais como orlas marítimas e de rios, leitos ferroviários e edificações industriais desativadas; - políticas de marketing urbano para atrair capital e pessoas; - nas áreas centrais a preservação do patrimônio se mantém, associado a criação de simulacros; - projetos urbanos de grande escala;
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - críticas do ponto de vista da dinâmica urbana: edifícios isolados, monofuncionais e fechados sobre si mesmos; - EUA: áreas demolidas sem investidores; - EUA: excesso de ofertas de escritórios no centro; 	<ul style="list-style-type: none"> - projetos baseados na estética do patrimônio; - parcerias público-privadas e privatização dos espaços públicos; - Atividades de comércio e serviços utilizadas como catalisadoras das principais estratégias de recuperação dos centros; - Criação de cenários e debate sobre o que é histórico; 	<ul style="list-style-type: none"> - interesse cada vez maior do poder local pela melhoria da imagem dos centros das cidades; - arquitetura e planejamento urbano são regidos por estratégias de marketing, destinadas a estruturar a mudança da economia urbana de base produtiva para a base de consumo; - lugares espetaculares ofuscam fortes conflitos sociais e desigualdades;

Quadro 3. Classificação dos períodos segundo Simões Jr. (1994). Fonte: Elaboração das autoras

Classificação segundo Simões Jr. (1994)			
	Embelezamento urbano	Renovação urbana	Revitalização urbana
	Séc. XIX	1933-1970	1970
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - recuperar e valorizar os espaços públicos; - sanear disfunções de ordem econômica e social; - viabilizar a fluidez viária; - embelezar a cidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - prevalecer os ideais modernos expresso na Carta de Atenas de 1933; - reconstrução no pós-guerra; - melhorar condições de vida e moradia; - coletivismo democrático; - estética ideal; 	<ul style="list-style-type: none"> - busca de referenciais mais humanos na escala dos espaços coletivos produzidos; - valorizar os marcos históricos e simbólicos existentes por meio de políticas de preservação do patrimônio cultural; - incrementar as atividades de turismo e lazer locais; - ampliação da atividade ecológica (medidas de contenção de consumo de energia e na emissão de poluentes);
Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - abertura de largas e extensas avenidas; - edifícios públicos significativos erguidos em pontos estratégicos, adquirindo um efeito visual que salientava a sua monumentalidade; - padrão nas tipologias e morfologias implantadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - eliminar cortiços e áreas insalubres; - expulsão da população de baixa renda do centro; - filosofia do arrasa-quarteiroões; - criação de pólos comerciais e de serviços – Central Business Districts; - implantação de grandes projetos habitacionais de interesse social; 	<ul style="list-style-type: none"> - parcerias público-privadas; - participação de segmentos organizados da população na elaboração das políticas; - valorização do passado, sem inibir a modernidade; - ênfase na preservação do patrimônio com vistas a dinamizar o turismo, a cultura e o lazer; - reaproveitamento de antigos edifícios, integrando-os a áreas remodeladas com edificações modernas;
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - urbanismo corretivo e cirúrgico; - novo padrão de estética urbana baseado na nova classe social ascendente; - burguesia permanece no centro; 	<ul style="list-style-type: none"> - negação da cidade existente; - ordenamento funcional indissociado ao ordenamento social pretendido; - repetição monótona de edifícios idênticos; - insatisfação dos moradores; - ambientes impessoais, sem possibilidade de intercâmbio nas relações humanas e sociais; 	<ul style="list-style-type: none"> - homogeneidade arquitetônica; - exclusão social, pois há o interesse em investir em imóveis voltados para um público de maior poder aquisitivo; - ações contam com apoio da iniciativa privada, devido a grande quantidade de investimentos necessários; - cria condições atrativas para o envolvimento de agentes imobiliários;

Quadro 4. Classificação dos períodos segundo Boyer (1998). Fonte: Elaboração das autoras.

Classificação segundo Boyer (2006)			
	<i>City as a work of art</i> cidade tradicional	<i>City as panorama</i> cidade moderna	<i>City of spectacle</i> cidade contemporânea
	Final séc. XIX	Começo séc. XX	A partir da década de 1970
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - racionalizar e organizar a ocupação pública; - criar uma arquitetura de cerimônia ao poder; 	<ul style="list-style-type: none"> - proporcionar uma renovação urbana que suprisse os interesses do capital industrial, financeiro e imobiliário em expansão; - negar o passado; - cria uma cidade disciplinada; 	<ul style="list-style-type: none"> - refuncionalizar as formas do passado e incentivar a preservação da história local, a fim de criar um espaço cenográfico capaz de promover o redensolvimento urbano;
Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - regulariza e rasga o traçado com ruas largas e retilíneas; - elimina as áreas insalubres e os cortiços; - Estado regula a composição das formas; 	<ul style="list-style-type: none"> - cria um novo panorama com a mobilidade; - cria novas visões da cidade no alto dos arranha-céus; - a rua tradicional foi morta pela via expressa e reapareceu no espaço privado, ao longo da "rua-corredor" das torres residenciais; - composição uniforme; 	<ul style="list-style-type: none"> - visual programado e projetado; - mundo simulado visualmente por computador; - Apropriação de estilos do passado; - reconstruções históricas por meio de simulações;

Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - arquitetura e monumentos representam uma realização heróica; - história urbana contada dentro do limite de um quadrado; 	<ul style="list-style-type: none"> - acaba com a relação entre história e cidade, destruindo a percepção arquitetônica do século XIX, pois rompe com o passado; 	<ul style="list-style-type: none"> - retorna as tradições do séc. XIX, pulando a cidade modernista; - formas do passado são transformadas em ambientes simulados de shows e eventos culturais que vendem ofertas de lazer e estilos de vida; - "pictorialização" do espaço e do tempo; - revalorização contemporânea da história esmaga qualquer senso de tradição, pois as tradições tem sido inventadas ou homogeneizadas e a história torna-se marketing ou commodity;
------------	--	--	---

Considerações finais

Todas essas intervenções evidenciam um processo de transformação das áreas centrais comum a muitas cidades brasileiras e internacionais e que se desenvolveu no campo do urbanismo desde o pós-guerra em torno do tema das intervenções em áreas urbanas centrais. Apesar dos autores nominarem essas intervenções com nomenclaturas diferentes, os processos que os determinam são basicamente os mesmos.

De modo geral, os centros das cidades sofreram, ao longo das últimas décadas, um processo de desvalorização, desde a deterioração física de inúmeras edificações, algumas delas de elevado valor arquitetônico e histórico, até um comprometimento de sua dimensão simbólica. Diversos projetos foram propostos com o objetivo de revalorizar essas áreas centrais e, conseqüentemente, seu patrimônio. Desta forma, os centros sofreram intervenções pautadas no discurso do embelezamento urbano, renovação urbana e preservação urbana.

Na atualidade, o planejamento urbano, por meio do marketing urbano, tem consolidado a imagem da cidade como mercadoria e conferido às intervenções urbanas um novo significado pautado nos interesses mercantis e não nas relações de pertencimento que caracterizam a identidade e a história do lugar.

Referências Bibliográficas

ASHWORTH, G. J. e VOOGD, H. **Selling the City**: marketing approaches in public sector urban planning. Londres: Belhaven Press, 1990.

BOYER, M. Christine. **The city of collective memory**: its historical imagery and architecture entertainments. Cambridge: MIT Press. 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. UNESP: Estação Liberdade, 2001.

FERRARA, Lucrecia A. **Design/Re-sign**. Através. São Paulo, Martins Fontes, n.1, jan 1983 p.130-148.

HARVEY, David **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7^a ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____ **Do gerenciamento ao empreendedorismo**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, São Paulo, nº 39, 1996, p. 48-64.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; FERREIRA, Cláudio Lima. Arquitetura pós-moderna: ruptura ou intensificação de aspectos do moderno? **Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana**, ano 4, vol. 4, n. 5, fevereiro de 2007.

PRADO SANTOS, Carlos Murilo. **O reencantamento das cidades**: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia) IG/UNICAMP, Campinas, 2006.

RUBINO, Silvana. “Gentrification”: notas sobre um conceito incômodo. In: SCHICCHI, Maria Cristina e BENFATTI, Dênio (orgs). **Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro**. Campinas: PUCAMP/Rio de Janeiro: Prourb/UFRJ, 2003.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades – para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SCHICCHI, Maria Cristina Posfácio. Local ou global: o centro como princípio. In: SCHICCHI, Maria Cristina e BENFATTI, Dênio (orgs). **Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro**. Campinas: PUCAMP/Rio de Janeiro: Prourb/UFRJ, 2003, p. 297-314.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Revitalização de centro urbanos. **Publicação Polis**, São Paulo, n. 19, 1994.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: ARANTES, Otília e outros. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 75-103.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (orgs) **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados São Paulo: Editora Manole, 2009 (2^a edição).

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre o centro urbano. In: SCHICCHI, Maria Cristina e BENFATTI, Dênio (orgs). **Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro**. Campinas: PUCAMP/Rio de Janeiro: Prourb/UFRJ, 2003, p. 21-35.